

O estado, o direito e a luta dos trabalhadores: o debate liberal e a crítica marxista

The State, the Law and the struggle of workers: liberal discussion and marxist critique

Bruno Bruziguessi

Professor titular da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduação e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: brunobruziguessi@yahoo.com.br

Artigo recebido em 9/09/2014 e aceito em 8/12/2014.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o Estado, a partir do complexo jurídico, e o Direito a partir da teoria social marxista, com especial enfoque na teoria marxiana, compreendendo a luta de classes como elemento de essência da superestrutura social e situando a luta dos trabalhadores como mediação com esta esfera político-jurídica para a conquista de direitos.

Palavras-chave: Estado, Direito, luta de classes

Abstract

This article aims to analyze the state from the juridical complex, and the Law, from a Marxist social theory point of view, with a special emphasis on Marxian theory, comprising the class struggle as a core element of social superstructure and placing the struggle of the proletariat as a mediation with this political and juridical sphere to the achievement of rights.

Keywords: State, Law, class struggle

Introdução

A teoria política voltou-se para o debate da constituição e das características do Estado moderno, sobretudo a partir da ascensão de um pensamento liberal, emergido no bojo da própria sociedade democrático-burguesa no século XVIII. Tendo como fundamento essencial desta vertente de pensamento a defesa da propriedade privada, tida como condição para a consolidação da liberdade e segurança dos indivíduos em sociedade, agora composta por “homens livres”, esta liberdade passou a ser reconhecida legalmente através da legitimação do Estado.

No campo da teoria social, Karl Marx – com recorrentes contribuições de Friedrich Engels – trouxe como fundamento de sua reflexão acerca do Estado e da política o caráter de classe que transpassa as instituições político-jurídicas, desmistificando uma suposta neutralidade que poderia existir nas esferas da superestrutura da sociedade.

Desta forma, a grande contribuição da tradição marxiana para a constituição da teoria política foi o caráter de classe do Estado, permeado pela constante luta entre as classes sociais antagônicas e inconciliáveis, sendo determinada, *a priori*, pelas relações sociais de produção, que determinam qual a classe social economicamente dominante, sendo, desta forma, também a classe politicamente dominante.

A partir da teoria social ancorada na tradição marxista, construiremos uma reflexão crítica acerca do Estado e do complexo jurídico, a que nos referimos como o conjunto de instituições jurídicas e legais, além da compreensão do Direito como ideologia que permeia e, ao mesmo tempo, extrapola os limites deste complexo.

Este é o ponto basilar para a compreensão do processo das lutas sociais desencadeadas pela classe trabalhadora, pela conquista de direitos frente a este Estado, pois a questão dos direitos remete necessariamente a uma sociedade desigual, onde o Estado não é universalista na representação dos interesses e necessidades de reprodução social dos indivíduos.

Assim, faremos apontamentos da reflexão de Marx acerca do debate da emancipação política e humana, permeadas pela relação Estado/sociedade, na qual, além dos desafios estruturais postos à reprodução da vida social dos trabalhadores, há uma correlação frente ao Estado para a conquista de direitos elementares. Explicitando os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores no processo das lutas sociais frente ao complexo jurídico e a disseminação ideológica que completa o aparato institucional, sobrevoando a sociedade com a ideia de “verdade”, corroborando as ações jurídico-legais frente à consolidação dos direitos, situados na dualidade conquista/concessão própria dessa dinâmica societária.

Vale ressaltar que esta reflexão, no campo da tradição marxista, limita-se a uma abordagem marxiana e de autores que se fundamentaram de forma mais ortodoxa nas contribuições de Marx, como Lênin e Lukács. Assim, não iremos abordar o pensamento social de Antonio Gramsci, que trouxera contribuições determinantes para a formulação de uma “nova teoria marxista do Estado”, compreendendo a realidade de sociedades mais complexas.

1. O debate liberal, o conceito de Estado e o Direito como ideologia

Será de grande importância para a elucidação de nosso objeto a forma com que a funcionalidade do Estado capitalista/burguês vai se transformando de acordo com o processo de desenvolvimento das forças produtivas, dos embates entre as classes antagônicas, envoltas, sobretudo, em uma disputa de hegemonia por projetos de classes que se opõem e também das especificidades das formações sociais.

Com isso, a compreensão de como este Estado vai assumindo características diferentes, de acordo com o próprio desenvolvimento das relações sociais de produção, nos fazendo retomar, primeiramente, o desenvolvimento do próprio pensamento burguês acerca da função do Estado, tornando-o mais democrático ou mais ditatorial, mais ou menos intervencionista de acordo, exatamente, com a correlação de forças entre as classes sociais. Esta correlação está diretamente relacionada ao processo de

desenvolvimento das forças produtivas e à característica autodestrutiva – mas também “autoregenerativa” – do modo de produção capitalista.

Assim, partimos do século XVIII, que foi marcado pela disputa entre a Coroa e o Parlamento nos países europeus. A primeira representava o resquício de uma monarquia cada vez mais enfraquecida, econômica e politicamente; já o segundo surgia como uma expressão ideológica liberal burguesa que pautava a necessidade da existência de um parlamento. Tudo isso só foi possível com a transformação do modo de produção que vinha ocorrendo, de maneira mais consistente desde o século XVI, com uma burguesia ascendente acumulando capital através da expansão marítima e do arrendamento das terras expropriadas dos camponeses e da Coroa. É neste contexto que se dará a transformação do caráter de dominação do Estado na passagem de uma sociedade feudal-absolutista para uma sociedade capitalista-liberal. É através do pensamento liberal clássico que compreenderemos a constituição do Estado moderno, que teve em John Locke um dos principais expoentes intelectuais.

Locke é um intelectual que, seguindo uma linha individualista, afirma que os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, que se caracterizava pela mais perfeita liberdade e igualdade entre estes homens. Assim, denominava-se o “estado de natureza”, considerado pelo autor como um período de harmonia. É deste período da humanidade que o homem desfrutava da propriedade, designada pela vida, pela liberdade e pelos bens do homem, como um Direito natural.

Mas, segundo o pensamento de Locke, a harmonia do “estado de natureza” pode ser ameaçada, ou seja, o direito de propriedade pode entrar em risco à medida que não exista uma legislação, nem um juiz imparcial e nem sequer uma força coercitiva para garantir a efetivação das sentenças. Desta forma, a propriedade entra em risco e os indivíduos entram no que Locke chama de “estado de guerra”.

A partir das elaborações de Locke, é na tentativa de preservar a propriedade individual que surge o contrato social, o qual evitaria o “estado de guerra” e garantiria a passagem de um “estado de natureza” para a sociedade política ou civil. Este contrato social garantiria a formação de um corpo político

com legislatura e poder judiciário, resguardando a comunidade de ameaças internas – entre os próprios indivíduos, que levaria a um “estado de guerra” – e externas.

Assim se forma o Estado civil e, para Locke, independente da forma que será escolhida, a finalidade de qualquer governo é a preservação da propriedade. Para isto, define o Poder Legislativo como o “poder supremo”, aquele que está acima dos demais poderes – o Poder Executivo e o Poder Federativo. Isto se configura como o controle do executivo por parte do legislativo.

Na formulação de Locke acerca dos poderes, há certo destaque ao Legislativo em detrimento do Executivo, no sentido de esfera de poder, pois é na legislatura que se formulam as normas e regras de conduta de uma sociedade que irão gerir a vida social. Já o Executivo será o responsável por efetivar estas normas. Vale colocar que Locke não evidenciou o Poder Judiciário em sua obra. Desta forma é possível definir, por meio de um “poder julgador”, as formas de punição para determinadas formas de transgressão às leis estabelecidas, sejam entre indivíduos da mesma sociedade ou quando um indivíduo é lesado ou ameaçado por sujeitos externos, de outras sociedades – daí também a referência à guerra –, expressando sempre a finalidade de manutenção da propriedade.

Assim, o Legislativo se torna de grande importância por ser onde se elabora o caráter das leis, onde ocorrerá a disputa de interesses – dependendo da forma de governo – dentro deste Estado. Mas também agirá como poder julgador, juntamente com o Executivo. Locke não faz a separação clara dos poderes, pois localiza a separação entre o legislativo e o executivo, mas, ao mesmo tempo, os mantém ligados por conta deste “poder julgador”, que está imbricado aos demais poderes.

Ao mesmo tempo em que não deixa clara esta separação, ele faz indicativos da necessidade destes poderes quando afirma que uma sociedade civil ou política só se efetiva com a preservação da propriedade e isto não existe no “estado de natureza”.

Primeiro, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens. [...] Em segundo lugar, no estado de natureza falta um juiz conhecido e indiferente com autoridade para resolver quaisquer dissensões, de acordo com a lei estabelecida. [...] Em terceiro lugar, no estado de natureza frequentemente falta poder que apóie e sustente a sentença quando justa, dando-lhe a devida execução (LOCKE in: WEFFORT, 1991, p. 99).

Segundo Locke, quando a lei não for suficiente para garantir a conservação da propriedade aos indivíduos, o poder supremo poderá recorrer à força. Sempre quando há a eminência de um “estado de guerra”, quando a propriedade individual é ameaçada, a força poderá ser utilizada, uma vez que a lei não poderá ser cumprida. Nesta perspectiva liberal, caso a propriedade seja fortemente ameaçada, é passível a dissolução do governo, tratado neste caso como despótico, e a reconstrução da sociedade civil e da propriedade.

Outro pensador liberal, Montesquieu, se deteve não em analisar a relação dos homens entre si, mas a relação destes indivíduos com as leis. Assim, ele analisa as instituições que regem o comportamento humano, estudando as dimensões do Estado, a organização do comércio e a relação entre as classes através da Ciência Política. Para este pensador, as leis entre os homens devem ser consideradas em dois momentos: as relações entre os homens, chamadas de direito civil, e as relações entre o governo e seus governados, denominadas de direito político. Desta forma, Montesquieu está mais preocupado em analisar as formas de manutenção do poder, a partir das relações entre as instâncias de poder e das maneiras com que este é distribuído na sociedade, entre grupos e classes.

Quando falamos em instâncias de poder recorreremos, no pensamento de Montesquieu, àquilo que talvez seja sua maior contribuição ao pensamento liberal clássico: a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. Em seu pensamento, estas instâncias são dotadas de igual poder, não havendo um poder supremo, como se identificava o Legislativo no pensamento de Locke.

Montesquieu colocava a importância de haver uma separação dos poderes e sua igual força e relevância na esfera estatal para evitar que um mesmo governante ou um mesmo corpo de magistratura fizesse as leis e as

executassem, podendo ter um caráter tirânico nestas formulações e, conseqüentemente, em sua execução. Ao mesmo tempo em que concentrar o poder de formular leis, executá-las e julgar os delitos e crimes que transgridem as leis evitaria a expressão da liberdade da vida social, liberdade esta fundamental para a consolidação de uma sociabilidade propriamente burguesa, que garante o livre acesso à propriedade privada, dentro dos marcos destas leis.

Assim, nesta configuração, estas três instâncias não estão interligadas, pois há uma disputa de interesses que, para Montesquieu, só se limita ao parlamento. No entanto, isto se refere apenas à aparência, pois a dependência de uma instância com as outras, como teremos a oportunidade de ver na crítica marxista, está relacionada à classe detentora do poder hegemônico no Estado.

No pensamento de Montesquieu, a idéia desta separação dos poderes cria a possibilidade de uma correlação de forças dos membros do parlamento entre si, uma vez que este é formado por nobres e representantes do povo e deste com o Poder Executivo, que naquele momento era representado pelo rei. Esta correlação de forças objetiva, por um lado, a conservação da propriedade – representada pelo direito civil – enquanto que, por outro lado, a presença de representantes do povo no parlamento, pode levar à exigência de maiores direitos representativos e participativos nas esferas de poder e isso consistiria nos direitos políticos.

No pensamento liberal clássico percebemos que a forma de tratar a classe trabalhadora e seus espaços de organização é, especialmente, através do recurso da força sempre que necessário e em momentos de “estado de guerra”, ou seja, de ameaça à propriedade enquanto direito civil, facilmente acionado pelo Estado. Trata-se, portanto, de uma estrutura de Estado enrijecida e que limitava as formas de participação dos trabalhadores ao parlamento, adotando uma postura repressiva em relação à participação em ações de massas.

Nesta correlação de forças, os chamados direitos políticos, como o direito à participação nos aparelhos de governo, foram importantes conquistas dos trabalhadores, uma vez que o sufrágio universal era uma das principais

pautas do movimento de massas europeu no fim do século XIX. Sendo assim, “a generalização dos direitos políticos, até mesmo nesse nível do sufrágio, é resultado da luta da classe trabalhadora” (COUTINHO, 1997, p. 153) e representava a incursão dos trabalhadores na esfera do governo, na participação política mais direta, o que iria contra os preâmbulos liberais, como a revogação da lei de Le Chapelier que proibia, desde 1791, a associação dos trabalhadores e as greves. Mas, em outra face, estas lutas políticas “não são antagônicas à acumulação capitalista (como, por sua vez, comprova o exuberante desempenho da acumulação capitalista sob o Estado de Direito vigente)” (IASI, 2011, p. 185).

Com a incorporação das classes trabalhadoras no parlamento, os interesses dos “de baixo” passam a ser representados, mesmo que sem grandes avanços num primeiro momento, mas mostrando transformações importantes no cenário político das sociedades ocidentais. O mero recurso da força passa a ser questionado, os direitos políticos começam a entrar em cena e a elaboração das leis também se transforma em um palco importantíssimo da correlação de forças no poder do Estado.

É neste contexto que se dará a construção das sociedades democráticas, que embora potencializadas pela burguesia revolucionária e escoradas no lema da Revolução Francesa de “liberdade, igualdade e fraternidade”, têm que contar, necessariamente, com a participação popular. Porém, aqui se coloca o ponto de inflexão: se, por um lado, em quase nada contribui para a burguesia a entrada de trabalhadores na estrutura do Estado, por outro, pode ser estabelecido um novo campo de disputa, mesmo limitado, para os trabalhadores, com a possibilidade de incidir nesta estrutura absolutamente excludente instaurada pela burguesia. Este debate se situa no centro de um grande enfrentamento entre o pensamento liberal e o pensamento crítico até a contemporaneidade.

Desta forma, o desenvolvimento do Estado burguês e de sua funcionalidade necessita de transformações no decorrer das décadas e varia a cada formação social, não só no que se refere à dominação explícita, mas também às formas de garantir esta dominação. Isto nos coloca a importância de analisar os modelos de Estado que se relacionam com cada modelo de

acumulação e cada correlação de forças sociais, apontando para o entrelaçamento histórico e contraditório que se dá entre formas autoritárias e formas democráticas de dominação.

Também o pensamento liberal burguês irá apresentar, portanto, sua “alternativa” democrática de manutenção da ordem. O sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr (1975) analisou os processos de transição democrática como formas de modernizar a estrutura de poder de um país, ao mesmo tempo em que são conservadas características atrasadas, de acordo com a formação social de cada nação. Esta estratégia mantém os patamares de dominação sob uma nova roupagem, dando a impressão de que houve, de fato, uma mudança na sociedade, gerando um conformismo – e até satisfação, naqueles que acreditam que a mudança foi positiva – entre os indivíduos e desmobilizando a organização dos trabalhadores. Este autor afirma que para o desenvolvimento de uma democracia, é necessário superar três desafios: “1) controlar governantes arbitrários; 2) substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais, e 3) conseguir que a população participe na elaboração das leis” (MOORE JR, 1975, p. 478).

Desta forma, no pensamento de Alexis de Tocqueville, a democracia tinha um sentido universal de liberdade, mas também apresentava um desafio de manter esta liberdade ao mesmo tempo em que garantisse a igualdade de condições. Para este pensador, o Direito vem nesta mesma lógica, na perspectiva de ser universal e homogêneo, para que o máximo de pessoas seja coberto pelas normas de conduta, independente das condições desiguais de vida dos indivíduos e suas singularidades.

No entanto, o Direito é permeado por elementos particulares, mas, ao mesmo tempo, se mostra frágil na mediação entre o universal e o singular. Entre a norma jurídica e os casos concretos, existe uma norma universal que caberia a todos, mas esta norma, no contexto de desenvolvimento das sociedades capitalistas, não considera as singularidades específicas de cada caso concreto. Constantemente, esta mediação fica a cargo do Estado, porém este é permeado por uma posição de classe, necessariamente a classe que detêm a hegemonia no bloco de poder do Estado. Assim, “o indivíduo singular é colocado frente às normas universais de maneira abrupta, o que gera uma

contradição que marca a forma de sociabilidade inerente à sociedade civil-burguesa” (SARTORI, 2010, p. 82).

As questões que permeiam a conquista de direitos estão relacionadas com o período subsequente, caracterizado pelo liberalismo democrático, marcado pelo avanço na conquista dos direitos políticos, colocando com maior força o debate da igualdade e da democracia e a participação da classe trabalhadora nos espaços de poder, antes ocupados exclusivamente pela monarquia e, em certa medida, pela ascendente burguesia. Neste contexto, a igualdade só será garantida com a ação política dos trabalhadores, reivindicando a formulação de direitos políticos que determinariam o grau de democracia de uma nação. Claro que a conquista destes direitos por parte dos trabalhadores teve limites, pois havia um grande medo da “tirania da maioria”, ou seja, que a conquista dos trabalhadores fosse vista como conquista da igualdade de condições.

Tocqueville afirmava que a participação da população nas instâncias de poder contribuía para a garantia das liberdades fundamentais, mas isto só ocorreria através da participação desta população em instituições liberais, em instâncias estatais, como o parlamento. Isto se daria pela via eleitoral, como aponta John Stuart Mill quando analisa a Inglaterra do período da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. Este é tido como um importante instrumento de participação na vida política de um país, pois começavam as disputas pelo governo, sendo a representação dos interesses dos mais diversos segmentos da sociedade decidida por um número maior de pessoas. O fenômeno democrático se alastrava pelos países capitalistas europeus.

Os elementos-chaves na ordem da sociedade liberal e burguesa são o direito de votar, a representação numa legislatura que faz as leis e, portanto, é mais do que uma chancela para o executivo, um sistema de leis objetivo que, pelo menos em teoria, não confere privilégios especiais em virtude do nascimento ou de uma situação herdada, segurança para os direitos de propriedade e eliminação das barreiras herdadas do passado no seu uso, tolerância religiosa, liberdade de palavra e direito a reuniões pacíficas. Mesmo que, na prática, falhem, são estes os marcos reconhecidos de uma sociedade liberal moderna (MOORE JR, 1975, p. 494).

Neste período, há uma consonância entre o crescimento da classe operária inglesa e a incorporação de suas demandas através de reformas liberais que terão sempre limites máximos e mínimos. O limite máximo seria saciar as demandas vindas da classe operária, garantindo a participação nos espaços democráticos e de participação política, mas sem intervir na política econômica do Estado; e o mínimo seria garantir a reprodução da força de trabalho e de suas condições mínimas de sobrevivência. Ou seja, “não se pode ampliar o nível de satisfação das demandas sociais além do ponto em que tal ampliação impeça a reprodução do capital global; mas, em contrapartida, não se pode reduzir esse nível de satisfação abaixo do limite mínimo” (COUTINHO, 1995, p. 57).

Assim, Stuart Mill, bem como Tocqueville, não está defendendo qualquer tipo de alteração do caráter de dominação de classe do Estado que se configura na Europa e no mundo a partir, especialmente, do fim do século XVIII e início do século XIX. O que propõem são novos mecanismos de conformação de uma sociedade capitalista que, ao mesmo tempo em que faz aumentar o pauperismo, precisa garantir condições mínimas de reprodução destes trabalhadores e fazer com que se reconheçam contemplados como parte dos processos decisórios de construção da nação e suas leis que regem o comportamento dos indivíduos.

O Poder Judiciário, como um aparelho da estrutura do Estado, é permeado pela “ideologia da fidelidade à lei”, baseada no princípio da legalidade, que impede que os tribunais decidam em descompasso com o ordenamento jurídico estabelecido; bem como se fundamenta no princípio da subsunção racional-formal, onde há uma subsunção dos fatos às normas, desprovida de uma fundamentação social, ética e mesmo política (FIRMINO, 2010). Este caráter é definido, dentro do âmbito do Direito, como a neutralização política do Poder Judiciário, que, como apontou a própria elaboração de Locke, tinha uma função subjugada ao executivo e, principalmente, ao legislativo.

Neste sentido deve-se ter sempre a compreensão de que esta correlação de forças se dará baseada no antagonismo entre as classes sociais em conflito, seja uma correlação de forças no parlamento ou por uma

contradição ontológica no próprio Direito. Pois, como nos alertou o próprio Marx,

as relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”¹ (MARX, 1996, p. 51).

Assim, podemos entender que o Direito é, essencialmente, um Direito de classe, o Direito da classe dominante e, desta forma, ele é essencialmente a expressão da dominação de uma classe sobre a outra. Porém, esta dominação, expressa pela face da imposição, tem também que contar com um elemento de consenso no seio da sociedade, para que a dominação e direção sejam elementos para potencializar a supremacia da classe burguesa.

Sartori (2010) alerta que o Direito deve ser compreendido como elemento de reprodução do “complexo social total”, que envolve as mediações das classes sociais com o todo da sociedade, seja da esfera política, seja da esfera econômica ou qualquer outra forma de expressão do antagonismo entre as classes. Há, assim, a necessidade de uma mediação que venha a gerar este consenso, pois uma dominação que seja total é, por si só, uma contradição inerente ao próprio Direito. Pois, a dominação plena, a imposição ilimitada dos interesses particulares, não é absoluta em várias sociedades, sobretudo aquelas que articulam um conjunto de classes e frações de classes com interesses divergentes. Assim, Lukács afirma que “para dominar em termos ótimos, ela deve levar em conta as circunstâncias externas e internas, chegando aos mais variados compromissos quando se trata de organizar o Direito” (apud SARTORI, 2010, p. 79-80).

¹ Apesar de ter citado Hegel, a definição marxiana para “sociedade civil”, exposta em *A ideologia alemã*, é “a base material da sociedade, vale dizer, o ‘intercâmbio material’ que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à existência, em qualquer tipo de sociedade. Com isso, os autores [Marx e Engels] querem deixar claro que essa base material é o fundamento da história, em contraposição ao modo de pensar idealista [Hegel]” (MARX & ENGELS, 2009, p. 41).

A regulação através do complexo jurídico e a manipulação exercida por uma aceitação forjada pela relação de dominação entre as classes garantem o controle dos indivíduos sociais e das formas de organização dos trabalhadores e ela se dará, sempre que preciso, por meio da violência. Desta forma, a relação do Direito com a “própria violência nunca desaparece, embora haja uma relação complexa entre a dominação ‘violenta e direta’ e a dominação que se exerce ‘por meio da aceitação’” (SARTORI, 2010, p. 87).

A questão da violência nas sociedades democráticas vem acompanhada do debate liberal travado acerca da regulação de uma sociedade de natureza, onde as normas eram executadas pela própria população, inclusive com a utilização da violência. Com a emergência da sociedade civil ou política, o Estado universal será responsável pelo monopólio legal da violência, ou seja, será o organismo social que poderá, livremente, lançar mão da violência para regular os conflitos na sociedade e também para utilizar contra aqueles sujeitos que tentam desestabilizar a ordem estabelecida.

Porém, o simples fato dos meios de realização da violência física legítima estarem concentrados nas mãos do Estado não foi condição suficiente para assegurar a pacificação dos costumes e hábitos enraizados na sociedade desde tempos imemoriais. Daí a necessidade de um direito positivo, fruto da vontade racional dos homens, voltado, por um lado, para restringir e regular o uso dessa força e, por outro lado, para mediar os contenciosos dos indivíduos entre si (ADORNO, 2002, p. 6).

Assim, o Direito será, para o pensamento liberal, a forma universal de regular as relações sociais entre os membros da sociedade, aquele que normatiza as condutas, da mesma forma que o Estado, nas formulações deste pensamento, aparece como o responsável, de maneira geral, por garantir a universalidade dos direitos e da igualdade de condições a estes mesmos indivíduos da sociedade, ao mesmo tempo em que garante a paz entre estes indivíduos.

A violência acaba por repousar-se sob a égide das leis e dos estatutos legais do aparato estatal que, por sua vez, tem todo um complexo jurídico que regula a necessidade e a intensidade da utilização da violência, como um detector de focos de conflito, garantindo a dominação do Estado perante frações da sociedade que não permanecem inertes sobre o jugo das normas,

mas acabam por desestabilizar estas normas. Este é o caso dos movimentos de massa, uma vez que estão contestando estatutos já estabelecidos, como a carga horária de trabalho, já fixada pelo legislativo, mas que não contempla as condições objetivas dos trabalhadores.

Com acirramentos desta natureza será inevitável a utilização da violência por parte do Estado frente às manifestações dos trabalhadores, como forma de relação deste Estado com a sociedade, sob um discurso democrático de legalidade. Assim, para Max Weber (apud ADORNO, 2002), o Estado consiste em uma relação de dominação fundada na violência considerada legítima, como forma de existência deste Estado, que só se dá através da expressão de sua autoridade frente a sociedade.

Esta relação de dominação apontada por Weber como a dominação do homem pelo homem deve ser estabelecida e entendida criticamente como uma dominação de uma classe sobre a outra, estabelecendo um caráter de classe do Estado e, conseqüentemente, o uso legal da violência fica claramente estabelecido como uma violência de classe.

Assim,

o direito somente consegue se universalizar com a implementação e imposição do modo capitalista de produção. Note-se que a propriedade privada é uma categoria jurídica (embora também econômica), o trabalho assalariado pressupõe a igualdade formal entre o trabalhador e o detentor dos meios de produção, o Estado se encontra como autoridade central na sociedade capitalista, sendo essencial para a manutenção da normalidade do capital. Percebe-se: a mediação jurídica se impõe nesta relação (capitalista) de maneira incisiva (SARTORI, 2010, p. 88-89).

Ao mesmo tempo, o complexo jurídico necessita para legitimar o aspecto legal e o uso da violência não uma simples regulação, mas sim a formação de uma “esfera de manipulação”, sendo que esta esfera será viabilizada pelo Direito, como algo autônomo em relação ao próprio complexo jurídico, como algo mais amplo, funcionando como uma ideologia. Desta forma, é válido dizer que, nesta concepção, o Direito configura-se como a

ideologia da vida cotidiana, sendo que sua efetividade objetiva é pré-concebida por uma idealização mediada pelo complexo jurídico.

É neste bojo que podemos afirmar que o Direito, entendido como ideologia, e a “autonomia relativa” do complexo jurídico estabelecem uma relação de instrumentalidade, vista que a ideologia dominante é responsável por direcionar a normalidade e as ações do complexo jurídico em relação à sociedade. Da mesma forma, se há certa autonomia no complexo jurídico, existe a possibilidade de se estabelecer um campo de disputas, uma vez que a participação dos trabalhadores nos aparelhos do Estado aumenta com o advento dos direitos políticos.

Porém, tanto o complexo jurídico quanto o Direito, como ideologia, estão subjugados ao modo de produção capitalista. Mesmo que haja uma autonomia, como realmente há, é relativa e irá se evidenciar e melhor se configurar com o desenvolvimento do ser social. Assim, “não pode o Direito, pois, ser dissociado do processo histórico que se dá com a imposição de certas mediações no seio do ser social” (SARTORI, 2010, p. 88).

Com isso, nos limites da sociedade burguesa, a normalidade de uma sociedade só se concretiza com a mediação jurídica, sendo aquilo que é considerado norma ou condição normal não deve ser dissociada das relações sociais concretas de antagonismo existentes na estrutura de composição das classes sociais no modo de produção capitalista. É desta maneira que o Direito acaba por obter uma “ideologia jurídica” ligada, em grande parte, à “segurança jurídica”, ou seja, aos interesses econômicos das classes sociais que detêm o poder do Estado.

No contexto de conflitos e lutas entre as classes, podemos analisar a configuração da conquista de direitos das classes trabalhadoras no interior da sociedade capitalista. O desenvolvimento destes direitos foi analisado por T. H. Marshall em meados do século XX. Diferente do pensamento liberal clássico que afirmava que todos os homens são iguais perante um Estado universal, Marshall afirmava que os homens não são iguais e nunca serão. Este autor considera uma desigualdade que sempre existirá no interior das relações da sociedade capitalista, que seria também insuperável, pois é uma desigualdade necessária para o seu próprio desenvolvimento.

Marshall analisa o processo de pobreza absoluta que assola a Europa a partir da segunda metade do século XIX e localiza que a função do Estado se dará na resposta a estas condições de vida degradantes dos trabalhadores. Porém, ao mesmo tempo, é necessário entender que é com a força reivindicatória dos trabalhadores que serão conquistados/cedidos os direitos sociais. Assim, as instituições tiveram que passar a atender as demandas dos trabalhadores através da garantia de direitos sociais, tais como direito a saúde, educação, alimentação, habitação e tudo mais que possa garantir a reprodução da força de trabalho.

No que se refere às instituições do Estado capitalista, podemos localizar aqui um momento de transformação. Como afirma Maitland, “quanto mais revemos nossa história, tanto mais impossível se torna traçarmos uma linha de demarcação rigorosa entre as várias funções do Estado” (apud MARSHALL, 1967, p. 64). Assim, as instituições foram se desvencilhando e especificando suas funções, na mesma medida em que o processo de conquista dos direitos vai se expandindo e se desenvolvendo dentro da lógica liberal retratada por Marshall, que coloca a conquista da cidadania através da evolução dos direitos ao longo dos séculos.

Marshall vai tratar a relação de um sistema desigual com uma lógica de direitos e uma cidadania que levaria à diminuição desta desigualdade, amenizando as grandes diferenças existentes entre as classes. Assim, ele define a cidadania como algo que exige

um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84).

O autor releva o elemento da luta dos trabalhadores como fundamental para a conquista de direitos, mas esta cidadania tem que ser, necessariamente, coberta por uma legislação, tem que ter respaldo legal, e esta lei, como norma de conduta garantida pelo complexo jurídico do Estado,

expressa um discurso de universalidade, que na prática acaba por ratificar o estabelecimento da desigualdade, correspondente ao modo de produção vigente. Desta forma, Marshall constrói um discurso de que o capitalismo é insuperável e que é preciso se adequar a ele da melhor forma possível sob o prisma de um Direito que alude a uma suposta universalidade.

A partir destas elaborações de Marshall, Iasi afirma que

o autor [Marshall] acaba prisioneiro de uma visão segundo a qual a evolução desses patamares de direito são resultado de uma espécie de auto-aperfeiçoamento do próprio Estado, isto é, na medida em que o Estado torna possível um código civil, um conjunto de instituições de acesso à justiça, como tribunais, juízes e advogados, garante as condições de exercício dos direitos civis; quando desenvolve instituições políticas e jurídicas como partidos, eleições, tribunais eleitorais, parlamentos, cria os quadros institucionais que permitem os direitos políticos, da mesma forma, espera ele, que o desenvolvimento de legislações sociais e instituições de acesso a bens e serviços às camadas mais pobres, o desenvolvimento de políticas públicas e legislações protetivas em relação ao trabalho, acompanhado de instituições como tribunais e o direito do trabalho, seriam suficientes para fornecer o quadro institucional que permitiria o florescer dos direitos sociais (IASI, 2011, p. 183-184).

A legislação social acaba sendo a principal mediação dos conflitos entre as classes, pois, para Marshall, é o Estado, de uma forma geral, que determina o grau de emancipação da classe trabalhadora e não a relação conflituosa entre as classes. Este grau de cidadania visto por Marshall é limitada, mas representa avanços na luta dos trabalhadores.

Marx compreende o que chamava de emancipação política como uma mediação fundamental para a conquista da emancipação humana, ou seja, apesar de não realizar um debate acerca da conquista de direitos, podemos compreender que considerava a luta pela emancipação política como importante momento de acúmulo de forças sociais dentro da lógica do modo de produção capitalista, que poderia ser materializada, em uma análise posterior ao momento histórico em que vivera, na luta dos trabalhadores por conquistas no campo dos direitos e de reformas.

Assim, a emancipação política pode ser compreendida como uma mediação para a emancipação humana, desde que o objetivo da

transformação social, da ruptura com a sociabilidade burguesa, da eliminação da sociedade de classes não se esvaia. Como afirma o próprio Marx, “a emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma da emancipação humana, em geral, mas é a última forma da emancipação política no interior da ordem mundial até aqui” (2009, p. 52).

Na vida cotidiana, a política tenta superar as particularidades materializadas na sociedade civil, dando a necessária universalidade às relações entre os homens e criando a noção de igualdade perante este ente universal, afirmando uma “vida genérica real” que seria desprovida de contradição. Sob este mote, Marx recorre aos direitos humanos para analisar a função da legislação e, desta forma, da legalidade do Estado burguês em relação com os membros da sociedade.

Ao fazer a crítica ao trabalho de Bruno Bauer, Marx localiza que os direitos do homem, apontados por aquele autor, são direitos burgueses, que só se efetivarão sob a tutela de um Estado político burguês e com objetivo de alcançarem uma liberdade política, baseada nos direitos civis. Estes últimos, como coloca Iasi, “não são apenas ‘desejáveis’, mas são essenciais ao desenvolvimento e à reprodução das relações capitalistas de produção” (IASI, 2011, p. 185).

A Constituição de 1793 definia como imprescritíveis os direitos naturais do homem: a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade. Como afirma o próprio Marx, este direito a liberdade, recuperando a ideologia do liberalismo clássico e criticando-o, nada mais representa do que a garantia da propriedade privada, a liberdade de cada homem poder ter sua propriedade e limitar-se a ela e assim garantir a liberdade dos demais homens, cada qual em sua individualidade. Desta forma, “o direito humano de propriedade privada é, portanto, o direito de gozar a sua fortuna e dispor dela; [é] o direito do interesse próprio” (MARX, 2009, p. 64).

A igualdade, nesta Constituição, não demarcava nada além de igualdade de benefício e de castigo; enquanto a segurança era a lei suprema da sociedade, a garantidora da liberdade/propriedade. Constituía-se como a lei da polícia, a garantia da repressão sempre que necessário, sempre que a

propriedade fosse ameaçada. Assim sendo, o direito civil acaba por ser, como apontamos, funcional à manutenção da dominação de classe.

Assim, os direitos sociais são aqueles que podem (e devem) rebater nas áreas de atrito em meio à correlação de forças entre as classes, podendo representar, quando articulados aos direitos políticos, um elemento de radicalização por parte das massas proletárias, visto que o direito social coloca o debate das condições de sobrevivência necessárias para a reprodução da força de trabalho. Este debate problematiza a concessão de políticas por parte do Estado burguês, que terá que elaborar um conjunto de respostas às demandas sociais que poderá interferir diretamente na distribuição da riqueza socialmente produzida, visto que esta se localiza no cerne entre o que é apropriado privadamente e o que será destinado a financiar as políticas públicas.

Como pudemos analisar nesta perspectiva de crítica ao Estado burguês, as leis e as instâncias de poder vão se adequando ao movimento das classes sociais em conflito ao longo dos séculos e a configuração do Estado servirá de termômetro entre a garantia da acumulação capitalista e o movimento reivindicatório das classes trabalhadoras.

2. A crítica marxiana à teoria do estado moderno

A análise da teoria do Estado moderno necessita de uma reflexão crítica, elaborada a partir do pensamento marxiano, traçando os principais elementos que perpassam a conquista dos direitos, a representação de interesses e suas instituições. Assim, utilizaremos como base duas obras de Marx, datadas de 1844, onde estão os fundamentos para a crítica da teoria liberal do Estado, que contribuiu para seu estudo posterior voltado à crítica da Economia Política. Tais obras são: *Para a questão judaica* e as *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano*.

Um elemento importante que a tradição marxista nos traz é a compreensão da totalidade social, o que faz com que haja relação fundamental

entre a superestrutura política e jurídica e a estrutura econômica. Já o pensamento liberal constrói sua tradição através da compreensão das relações políticas entre os sujeitos e destes com as instituições jurídicas, subjugando o modo de produção da sociedade capitalista, que repousa sobre a propriedade privada dos meios de produção. Desta forma, o liberalismo vela as relações de exploração que existem na sociedade capitalista, as quais determinam a existência de classes sociais antagônicas, onde o Estado representa a expressão desta dominação de classe. Pela análise marxiana, podemos ponderar que é esta dominação que dá a garantia da propriedade da vida, da liberdade e dos bens do homem no pensamento liberal.

Assim, torna-se necessário recolocar a afirmação feita por Marx no *Prefácio de Para a crítica da Economia Política*², onde afirma que as

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil', seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1996, p. 51).

O que Marx irá denominar de sociedade civil é o conjunto das relações de produção, ou seja, a relação estabelecida entre a força de trabalho (o homem) e os meios de produção (ferramentas e natureza) no processo de produção do valor. Seu estudo é centrado na compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista, onde a produção do valor, na forma de mercadoria, será de forma coletiva (trabalho coletivo), mas a apropriação da riqueza produzida por esta mercadoria será privada. Desta forma, quem detém a propriedade privada dos meios de produção se apropria do excedente do valor da produção. Com isto, resta ao trabalhador vender sua força de trabalho a estes proprietários dos meios de produção para que possam se reproduzir

² Manuscritos escritos e sistematizados entre 1857 e 1859, mas só foram lançados de forma conjunta em 1939, ou seja, posterior aos escritos de 1844, mas que fizeram parte de uma linha de raciocínio estabelecida desde as obras filosóficas de Marx até chegar a seus estudos sobre a Economia Política.

socialmente, em troca de um montante em salário, sendo os responsáveis pela produção da riqueza social e do excedente privadamente apropriado.

Posto o significado da sociedade civil no pensamento de Marx, colocamos sua crítica, desenvolvida nas duas obras de 1844, ao analisar o Estado prussiano. A partir da metade do século XIX, este autor percebe que a forma de relação que este Estado estabelece com a classe trabalhadora se situa no plano superestrutural, à medida que Arnold Ruge (nas *Glosas*) e Bruno Bauer (em *Para a questão judaica*) – os alvos da crítica de Marx – se utilizam de questões políticas imediatas e questões morais, como a religião, para apontar a incapacidade dos trabalhadores na resolução de suas más condições de vida, desconsiderando a vinculação estrutural que há entre as relações sociais de produção e o Estado.

Estas saídas são apontadas como a alternativa apresentada pelo próprio Estado na tentativa de garantir sua função universal de garantia dos direitos dos homens, colocada de forma genérica. No entanto, a não resolução destas questões é atribuída seja à falta de consciência dos tecelões da Silésia ou por questões administrativas do próprio Estado, seja por disputas entre partidos no bloco de poder do Estado ou mesmo por considerar um segmento da classe trabalhadora, os judeus, em oposição a um Estado supostamente cristão, o que impediria o reconhecimento desta camada frente a este Estado.

O exemplo referente às discussões e as análises pode ser evidenciada no debate sobre o pauperismo na Inglaterra, onde se discute a causa das péssimas condições de vida da população, especialmente do operariado, deixando o debate imerso no plano meramente político. Assim, a partir da crítica marxiana, podemos definir que o liberalismo justificava a condição paupérrima de vida dos trabalhadores a partir de posições e disputas políticas, entre partidos políticos, entre a relação governo e oposição – partido do governo e partido de oposição parlamentar, não compreendendo os elementos determinantes da vida social.

Tanto na Inglaterra quanto na Alemanha houve um aumento exponencial da pobreza no final do século XIX e início do século XX. Com o

acirramento cada vez maior da “questão social”³, houve o fortalecimento da classe trabalhadora devido às conquistas de direitos políticos, especialmente no século XIX. Porém, tanto um governo monárquico, como o prussiano, quanto um regime parlamentar, como na Inglaterra, mesmo que misto⁴, estão basilarados em um mesmo modo de produção, mesmo que com graus de desenvolvimento e acumulação diferentes.

Assim, não seria através da assistência filantrópica aos pobres, a “Lei dos Pobres”, como foi chamada, que se resolveria a situação de extrema pobreza que atingiria os trabalhadores, pois esta lei nada mais era que uma “obrigação imposta às paróquias de socorrer os seus trabalhadores pobres, no imposto para os pobres, na beneficência legal” (MARX, 2010, p. 51).

Ainda pensando no movimento da legislação e do Direito – e do Estado como um todo – para tratar o pauperismo, tomemos o exemplo da Inglaterra, país onde o capitalismo se desenvolveu primeiro, mais rápido e de forma mais completa. Além de haver a forma mais velada de tratamento destes pobres, através da caridade, utilizava-se também a repressão, velha aliada de senhores feudais, reis e ditadores por vários séculos.

Assim, “o parlamento inglês agrega a idéia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e ao qual, portanto, não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito” (MARX, 2010, p. 53). Este é um sentido de crime que será atribuído ao pobre, culpado de sua própria condição, sendo que ele próprio não teria a noção necessária de que aquilo era fruto de um processo de desenvolvimento de sua própria força de trabalho.

³ A questão social é típica das sociedades capitalistas, onde a contradição se acirra na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, produzindo cada vez mais riquezas e, ao mesmo tempo, cria as condições de sua própria superação, uma vez que se dá entre quem produz a riqueza – o trabalhador assalariado – e quem detém os meios de produção e, por isso, se apropria da riqueza de quem produz – o burguês. É importante localizarmos que questão social não é sinônimo de pobreza, como muitos acabam confundindo, a pobreza nada mais é do que uma das expressões da questão social, e por mais que a condição de pobreza, ou melhor, de pauperismo possa ser “condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”, não significam o mesmo fenômeno (IAMAMOTO, 2007, p. 158).

⁴ Dividido entre a Câmara dos Nobres e a Câmara dos Comuns.

O Estado burguês é uma entidade eminentemente política e determinada, ontologicamente, pela relação entre as classes sociais em conflito na estrutura econômica da sociedade, visto que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1996, p. 52). Este Estado burguês se coloca como uma entidade de trato político – no sentido que coloca Marx – em relação às massas, colocando a conquista de direitos por parte da classe trabalhadora como conquistas políticas, no sentido de uma emancipação política, uma emancipação dentro dos marcos da sociedade burguesa.

Esta emancipação política acaba por estar, em última instância, limitada à lógica política e econômica do capitalismo, na conquista dos direitos civis, políticos e sociais, porém conquistas fundamentais para transpor este limite. A nosso ver, estas conquistas passam a ser mediações para transpor a emancipação política e romper com a lógica explicitada por Marshall. Por outro lado, se forem compreendidas como o fim das lutas, dentro dos marcos da política estatal, não conseguirão sanar as expressões da “questão social” como, por exemplo, o pauperismo. Neste sentido, “o Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais” (MARX, 2010, p. 58).

As instituições estatais, enquanto mediações entre o Estado e a sociedade, são constituídas de formas políticas “produzidas” no âmbito hegemônico deste Estado, através das leis e da dominação legítima do Direito. Mas, por outro lado, estas instituições devem ser constituídas por elementos democráticos, que garantam a participação popular, como atribuíam os liberal-democráticos. Isto abre precedentes para disputas políticas, uma vez que as revoltas dos trabalhadores são voltadas também e imediatamente para estas instituições, responsáveis pela manutenção normativa da ordem e, assim, das condições sociais dos indivíduos.

Sartori (2010, p. 90), baseado em Marx e Engels, coloca que

o Estado é a forma pela qual os indivíduos da classe dominante fazem ‘valer seus interesses comuns’ e esta forma (o Estado) ‘resumiria toda a sociedade civil [burguesa] de uma época’. Marx e Engels captam o caráter dialético da configuração do Estado na sociedade civil-

burguesa: ao mesmo tempo em que apontam sua indissociabilidade das relações de produção e da reprodução da sociedade, enfatizam que esta forma se pretende autônoma por sua própria configuração dependente.

Desta forma, o Estado está diretamente relacionado às relações de produção da sociedade capitalista, ou seja, está vinculado ao movimento das classes sociais em luta e os enfrentamentos e tensões entre as classes também se expressam na “superestrutura política e jurídica”. Assim, não podemos considerar que o Estado detenha uma autonomia em relação a este processo, isto seria pensá-lo deslocado do processo de produção da sociedade, o fundamento concreto de sua própria existência. Assim deveremos considerá-lo historicamente, além de expressão de dominação, também expressão do conflito entre as classes.

Nas elaborações de Marx, fica claro que a questão fundamental é a emancipação humana, que requer a ruptura com o modo de produção capitalista, sendo necessária a socialização dos meios de produção e, desta forma, a socialização daquilo que é produzido através do trabalho coletivo. Mas, mesmo assim, vale repetir que “a emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma da emancipação política no interior da ordem mundial até aqui” (MARX, 2009, p. 52).

Marx, em suas obras de 1844, desenvolve a perspectiva da política como contraface da perspectiva social. À medida que associa a política à emancipação dentro da ordem burguesa acaba por considerá-la algo próprio da sociedade burguesa, bem como coloca a perspectiva social como algo próprio do proletariado, que é, deste forma, ligado à forma de emancipação que transpõe a sociedade burguesa. Assim, quando afirma que o “princípio da política é a vontade”, também aponta o limite desta concepção ao criticar a ótica burguesa de considerar parte dos fenômenos sociais e não todas as esferas da totalidade do ser social. Da mesma forma, cita que o Estado se torna político quando se torna completo, quando se despe das características teológicas de um Estado religioso – típico de uma monarquia – e passa a lidar com a classe trabalhadora de forma universal/igual independente da religião,

mas dentro dos mesmos marcos políticos, como parte do próprio processo de emancipação política, momento em que há a cisão entre o homem público e o homem privado.

A partir destes elementos, Marx aponta a insuficiência da luta puramente política, superestrutural, fragmentada, uma vez que se estabelece no campo burguês e as conquistas, ainda que fundamentais, se limitam à emancipação política. Assim, as formas de luta da classe trabalhadora terão de atingir um patamar social, ou seja, passar a incidir na correlação de forças sociais em todas as esferas da totalidade social.

A partir de meados do século XIX, várias mobilizações e revoltas insurgiram na Europa, talvez a principal delas tenha sido a Comuna de Paris, de 1871, e serviram como experiências políticas para as formulações históricas de Marx e, ao mesmo tempo, explicitaram a viabilidade do materialismo histórico. Nesta esteira, o início do século XX é marcado pela mais importante revolução de cunho socialista, ocorrido na Rússia em 1917, onde a grande figura política e intelectual do processo, Lênin, retomara a teoria marxiana em seu *O Estado e a Revolução*, colocando de forma clara a origem social do Estado e apresentando a proposta de uma sociedade em transição para o socialismo.

Partindo da perspectiva de que “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes”, Lênin aponta o debate da ditadura do proletariado como o momento da “abolição do Estado como Estado”, momento em que este se assume como representante de toda a sociedade, assumindo o controle dos meios de produção e, desta forma, responsabilizando-se pela distribuição da riqueza (LÊNIN, 2007, p. 34-35). Assim, representa a experiência de construção do chamado “socialismo real”, a construção de um novo modelo societário e sua expansão para os demais países – bem como ocorreu ao longo do século XX – instaurando um modelo que, apesar das falhas no processo de construção comunista, abriu a possibilidade para a socialização dos meios de produção e a viabilidade histórica do pensamento marxista.

Além de uma proposta de Estado proletário – em processo de transição para o comunismo e, desta forma, em “definhamento” –, a revolução na Rússia também exerceu um importante papel ideológico em âmbito mundial,

precisamente em um contexto de guerras mundiais e crise econômica⁵, uma vez que compôs o processo de divisão bipolar do mundo – entre o imperialismo norte-americano e o bloco socialista soviético – instaurando não só um modelo alternativo de sociedade, mas uma nova sociabilidade, estabelecendo uma disputa político-ideológica em âmbito global.

Com isso, forma-se uma alternativa societária e, ao mesmo tempo, aponta a atualidade e viabilidade do pensamento marxista, fortalecendo a crítica ao modelo liberal de Estado e ao modo de produção capitalista, que mantém a classe trabalhadora em condição social de subalternidade. Da mesma forma, fortalece-se o movimento dos trabalhadores e, consequentemente, a luta por direitos é estendida e fortalecida em toda a Europa, exigindo respostas e até mesmo uma nova estruturação e funcionalidade por parte do Estado.

Considerações finais

Através do resgate teórico e social acerca do debate do Estado, enfocando o Direito, o complexo jurídico e a luta de classes, estabelecemos uma importante contribuição do pensamento crítico, marxista, para a compreensão da esfera político-ideológica e de suas instituições, fazendo a mediação concreta com o movimento das classes sociais em constante relação social – seja através da exploração de uma classe sobre a outra ou através das lutas entre elas –, que acaba por expressar as formas com que a política, a hegemonia, as normas legais e as instituições serão constituídas: a partir destas relações entre classes.

Assim, a determinação inicial da essência da dinâmica societária são as relações entre as classes sociais, concomitantemente, há um processo de relações no plano da superestrutura, que acaba sendo determinado e, ao

⁵ Aqui não entraremos no mérito da questão dos rumos tomados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sob a direção de Stálin após a morte de Lênin, em 1924, mas sim ressaltar a importância histórica das experiências socialistas no mundo, encabeçadas pela revolução de 1917.

mesmo tempo, participando do processo de constituição da dominação de uma das classes e de resistência da outra.

Aqui deixamos uma introdução ao estudo do Direito e do complexo jurídico como partes que são determinadas, mas que também determinam, em uma segunda dimensão da vida social, para o processo de consolidação de uma determinada esfera de dominação e controle social em um contexto contemporâneo do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa.

Ao mesmo tempo como expressões que estabelecem a relação direta com o processo de reivindicação e lutas dos trabalhadores pela conquista e ampliação de direitos, refletindo a complexa relação entre Estado e sociedade que permeio o próprio desenvolvimento da sociedade de classes e, conseqüentemente, a própria estruturação do complexo jurídico, em um movimento de ação/reação, ou melhor, endurecimento/concessão frente a estas reivindicações.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. Volume IV, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/-downloads/download078.pdf>>. Acessado em 07/08/2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Revista Praia Vermelha*, v.1 nº1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.) *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1995.

FIRMINO, Nelson Flávio. A Efetivação dos Direitos Sociais e o Poder Judiciário. *Universo Jurídico*, Juiz de Fora, ano XI, 01 de março de 2010. Disponível em:

<http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/6739/a_efetivacao_dos_direitos_sociais_e_o_poder_judiciario>. Acessado em 28/08/2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. O direito e a luta pela emancipação humana. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina (Org.). *Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução*; o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Introdução. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

SARTORI, Vitor Bartoletti. *Lukács e a crítica ontológica ao Direito*. São Paulo: Cortez, 2010.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. Volume I. São Paulo: Editora ática, 1991.